

Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras agroecológicas face à pandemia da Covid-19: a experiência das agricultoras agroecológicas da Zona da Mata de MG

Liliam Telles, Thalita Rody, Nayara Lopes de Castro,
Cecília Maria Santiago e Isabelle Hillenkamp

Introdução

O estudo apresentado nesta publicação é parte de um esforço conjunto para compreender os impactos da pandemia de Covid-19 sobre a vida das agricultoras da Zona da Mata de Minas Gerais e as alternativas construídas por elas para responder às mudanças impostas neste novo contexto de crise sanitária, econômica e política.

Como mencionado na introdução geral desta pesquisa, ao todo, foram entrevistadas 19 agricultoras de 8 municípios (Acaíaca, Viçosa, Sem Peixe, Muriaé, Barão do Monte Alto, Divino, Espera Feliz e Simonésia), com um roteiro comum aos dois estudos de caso, na Zona da Mata e no Vale do Ribeira (SP). As entrevistas na Zona da Mata foram realizadas entre os meses de agosto e outubro de 2020, de maneira presencial com 7 agricultoras e, à distância, por meio de celular ou ligação de WhatsApp, com 12 agricultoras. O perfil das agricultoras envolvidas foi definido para captar distintas realidades do território, e incluiu entrevistas com lideranças, mulheres de base, de diferentes idades e com diferentes aproximações a redes de agroecologia em seus municípios, a maioria delas assessorada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM).

Os municípios abrangidos nesta pesquisa são, em sua maioria, pequenos, com população inferior a 30.000 habitantes, sendo três com população inferior a 10.000 habitantes. Destoam dessa característica apenas Viçosa, com cerca de 80.000 e Muriaé com mais de 100.000 mil habitantes. Todos estão localizados na Zona da Mata e Leste de Minas Gerais, região inscrita no bioma Mata Atlântica, com densa

cobertura florestal e relevo acidentado. Uma característica fundiária importante é a predominância de pequenas propriedades da agricultura familiar, com uma produção diversa e, em muitos casos, baseada na produção agroecológica. Espera Feliz, Divino e Simonésia, que ocupam a porção mais a nordeste do território, compõem uma região cuja produção, embora esteja também centrada na diversificação da agricultura familiar, tem o café arábica como um importante produto para a economia local.

Acaíaca e Sem Peixe situam-se na porção noroeste da Zona da Mata e apresentam características voltadas à diversificação da agricultura familiar, baseada, sobretudo, na produção de milho, feijão e na criação de gado de leite. Contam também com a presença de organizações produtivas protagonizadas por mulheres. Ainda, esses municípios sofrem com os impactos do crime da Samarco Mineração S.A., com o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana. O rompimento, em 2015, resultou no derramamento de milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração, afetando os agroecossistemas, a qualidade e o acesso à água, as relações comunitárias e interpessoais, a saúde das pessoas e dos animais, dentre outros danos, cujas ações de reparação por parte da empresa responsável pelo crime socioambiental é ainda incipiente.

Viçosa é um município tradicionalmente universitário, com a presença marcante da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e de outras instituições de nível superior, sendo sua economia baseada no setor de comércio e serviços, além da agricultura e pecuária. O setor de serviços não agrícolas, especialmente o trabalho informal na realização de faxina para o público universitário, é uma alternativa econômica importante para as mulheres no município. Uma das comunidades rurais envolvidas nesta pesquisa está em processo de autorreconhecimento como remanescente de quilombo e as famílias ainda não detêm a documentação da terra. Em decorrência disso, não possuem a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), documento de reconhecimento da categoria da agricultura familiar e que possibilita o acesso a políticas públicas específicas, como a comercialização para os mercados institucionais e o crédito rural.

Muriaé e Barão do Monte Alto, por sua vez, estão inseridos numa região marcada pela produção diversificada da agricultura familiar, incluindo algumas cadeias produtivas mais estruturadas como a do café e do leite. Muriaé também é reconhecido pela presença do campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste) e pela produção de queijos e outros laticínios; e Barão de Monte Alto, pela produção de arroz da agricultura familiar agroecológica, entre outros produtos.

Como se vê, os municípios envolvidos nesta pesquisa são diversos, ainda que apresentem características comuns em diferentes planos. No plano agrícola, existe uma tendência de a agricultura diversificada ser uma responsabilidade feminina, enquanto que a agricultura mais especializada (café, leite etc.) fica sob responsabilidade masculina, ainda que em determinados períodos do ano, como no caso da colheita do café, todos os membros da família se envolvam no trabalho. Vários estudos mostram como a produção agroecológica feminina é orientada pela preocupação — socialmente construída — das mulheres com a saúde, a segurança alimentar e a preservação da biodiversidade, caracterizando-se, entre outras coisas, pela diversificação na produção de alimentos, tanto de origem vegetal quanto animal (Siliprandi, 2015; Action Aid, 2009; GT Mulheres, 2008). Outra característica comum à região, no plano político, é a desorganização e a disputa entre as distintas esferas de poder para o enfrentamento à Covid-19, decorrente da demora e dos problemas da implementação do auxílio emergencial do governo federal (ver introdução), aliadas à morosidade do governo do Estado de Minas Gerais e à pluralidade de ações tomadas pelas administrações municipais de maneira isolada.

Este texto está organizado em duas partes principais. A primeira trata dos principais impactos da pandemia e do isolamento social na vida das agricultoras e suas comunidades, as novas dinâmicas de organização do trabalho que ocorreram no período e as vulnerabilidades das agricultoras para o acesso à saúde. A segunda parte apresenta as iniciativas de resistência e adaptação para a construção de alternativas econômicas protagonizadas pelas agricultoras, através da comercialização e da produção para o autoconsumo.

O isolamento social em comunidades rurais e práticas de cuidado durante a pandemia

O início da pandemia, em março de 2020, conforme afirmam as agricultoras, foi bastante difícil. Havia um sentimento de incerteza, medo e insegurança generalizado. As administrações municipais ainda não haviam implementado estratégias eficazes para orientação à população, mas, por outro lado, iniciaram medidas de segurança como a restrição da mobilidade, a suspensão da circulação de ônibus, das aulas, dos cultos religiosos, o fechamento dos mercados (feiras e comércios locais) etc.

No período de realização das entrevistas, pode-se considerar que os municípios em que se realizou a pesquisa ainda haviam sido pouco afetados pela Covid-19, uma vez que os índices de casos confirmados e óbitos informados nos boletins epidemiológicos municipais indicavam uma baixa incidência da doença. Contudo, é difícil fazer qualquer afirmação mais criteriosa a esse respeito, face à desarticulação e às divergências entre as ações tomadas no âmbito do governo do Estado e dos municípios. Resulta daí a dificuldade de acesso às informações sobre a incidência da Covid-19, que permanecem dispersas nos municípios e nem sempre acessíveis.

Nesse contexto de insegurança e ainda pouca informação sobre o avanço dos casos de contaminação nos municípios, a solidariedade e a reciprocidade nas relações familiares e de vizinhança foram fundamentais para permitir o isolamento social. Isso foi particularmente importante para as pessoas idosas, que puderam ter acesso a medicamentos, realizar serviços bancários etc., por meio da ajuda de outras pessoas. Assim, reduziu-se o deslocamento e a circulação de pessoas até a cidade, evitando que as pessoas idosas ficassem mais expostas à contaminação por Covid-19.

De maneira geral, as agricultoras relataram que também foram tomadas algumas medidas de cuidado em casa, como o uso de máscara e de álcool em gel, além de lavar as roupas ao retornar da cidade. No entanto, o isolamento social nas comunidades rurais ocorreu limitando o contato a grupos de pessoas mais próximas, como amigos e familiares, e, especialmente, com quem já se mantinham relações

de trabalho, como a troca de dias de serviço, ainda comum no meio rural. Na relação com familiares, uma agricultora relatou que, apesar das medidas de restrição de mobilidade, ocorreram visitas de parentes que residem na cidade e, inclusive, em outros estados bastante afetados pela Covid-19, como São Paulo.

No que tange às relações de trabalho, especialmente no período da “panha” (colheita) do café, as famílias costumam se juntar para fazer a colheita coletivamente, por empreitada. No contexto da pandemia essas atividades foram realizadas em grupos menores, entre famílias que residem próximas e com as quais já se estava em contato. Esse período da “panha” de café trouxe muita preocupação às agricultoras, uma vez que há algumas fazendas mais capitalizadas que contratam mão de obra externa, devido ao volume de produção. Uma agricultora relatou que, nesse período em sua comunidade, houve um trânsito intenso de pessoas que vieram de outras regiões a trabalho e que não utilizavam máscara ou outras medidas de segurança, aumentando os riscos de contaminação com Covid-19.

Algumas agricultoras também relataram que, a partir do segundo semestre de 2020, os municípios flexibilizaram as medidas de segurança, possibilitando a reabertura do comércio, de cultos religiosos etc., o que fez com que as pessoas também relaxassem nos cuidados. No período da campanha eleitoral, especialmente entre os meses de setembro e novembro de 2020, isso se agravou pelo aumento da circulação e a aglomeração de pessoas, trazendo bastante insegurança para as agricultoras.

Esses relatos evidenciam que a dinâmica de isolamento social nas áreas rurais foi e tem sido distinta das áreas urbanas, realizada normalmente em grupos familiares ou delimitados por relações de vizinhança e trabalho. Essa dinâmica mais coletiva de isolamento social, permeada por relações de reciprocidade, foi essencial para a organização de redes de solidariedade para suprir as demandas, especialmente das pessoas mais idosas ou vulneráveis. Por outro lado, demonstram que as comunidades em que existem propriedades mais capitalizadas, de médios e grandes produtores, ficaram mais vulneráveis aos riscos de contaminação por Covid-19, em função da contratação sazonal massiva de trabalhadores de outras regiões.

Novas dinâmicas, velhos problemas: a organização do trabalho doméstico e de cuidados durante a pandemia

De modo geral, o primeiro momento de isolamento social mais drástico, iniciado em março de 2020, alterou a rotina das agricultoras não apenas pela maior restrição à mobilidade. Com mais pessoas permanecendo em casa por mais tempo, e com as demandas de higienização mais intensivas como medidas de prevenção, houve um aumento na demanda de limpar a casa, lavar louça, preparar mais refeições por dia, e outras atividades domésticas. As agricultoras que têm filhos em idade escolar tiveram sua rotina alterada com a suspensão das aulas na rede pública de ensino; e as que residem com filhos pequenos, que ainda não estão em idade escolar, relataram que a demanda por cuidado com as crianças continuou intensa.

No entanto, ainda que haja semelhanças, as entrevistas demonstraram que há condições diferentes entre as agricultoras, principalmente em função do impacto da pandemia sobre sua disponibilidade de tempo. O caso de duas mulheres lideranças revela que, ao ficar mais tempo em casa, elas puderam reorganizar o tempo para se dedicar à produção e a outras atividades que já haviam planejado, mas não tinham podido realizar em função das atividades que desenvolvem como diretoras de seu sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF). Aquelas que têm filhos em idade escolar foram as que mais demonstraram dificuldades, pelo fato de a suspensão das aulas presenciais ter mantido crianças ou jovens mais tempo em casa. Todas as agricultoras que têm filhos em idade escolar (6 de 19 entrevistadas) passaram a despende mais tempo para auxiliar os/as filhos/as com os estudos. Em alguns casos, o grau de escolaridade das agricultoras é menor do que o dos/as filhos/as, o que implica num aspecto dessa nova dinâmica na pandemia, que é a sobrecarga emocional das mulheres, que percebem as dificuldades de aprendizado das crianças e jovens, mas se sentem despreparadas para ajudá-las/os.

As escolas, por sua vez, embora tenham suas especificidades, têm lidado de maneira semelhante nos municípios, com a seguinte dinâmica: enviam o material impresso para os/as estudantes mensalmente — um lapso de tempo muito longo —, geralmente entregue

em algum ponto de referência da comunidade, para que as famílias (em geral as mães) o busquem, e as atividades são devolvidas ao final do mês, na escola, para a avaliação das professoras. Nesse momento, novos conteúdos são repassados e assim ocorre sucessivamente. No entanto, algumas agricultoras relataram que as crianças e jovens não estavam conseguindo acompanhar o conteúdo e, sem o espaço presencial em aula para sanar dúvidas, o processo de aprendizado estava muito prejudicado.

Essa falta de contato com a escola teve um profundo impacto, não apenas nos processos de aprendizagem, senão também de socialização das crianças, como revela o caso de uma das agricultoras que relatou que o filho estava sentindo muita falta de ir à escola, pela convivência com as outras crianças. Em casa, como é o filho mais novo, não tinha com quem brincar, e isso demandava mais tempo da agricultora para pensar em brincadeiras e entretenimento para ele. Algumas vezes ela o deixava ir à casa da vizinha, que também tem uma filha pequena, mas isso gerava tensão naquele momento de isolamento social.

Além do cuidado com as crianças, algumas agricultoras relataram um aumento nos cuidados com as mães idosas, especialmente para a higienização do corpo e das roupas, quando saem para algum serviço na cidade. Duas jovens relataram que também têm dado apoio aos vizinhos quando recorrem a elas. Uma delas disse que mudou muito sua rotina pelo fato de não poder frequentar as aulas na Escola Família Agrícola (EFA) em que estuda e relatou, ainda, que tem sido bastante demandada por outras mulheres de sua família, que residem na comunidade, para dar apoio às crianças em idade escolar.

Já no caso das agricultoras que residem com filhos que trabalhavam em serviços não agrícolas (2 das 19 entrevistadas), no comércio local, ambas relataram um dilema no período de isolamento. Por um lado, maior era a possibilidade de contrair Covid-19 pelos que continuaram trabalhando; e, por outro, a situação de desemprego que implica na redução na renda, mas também por significar a desocupação do tempo dos filhos com o trabalho.

O caso de uma agricultora ilustra a complexidade das situações geradas pelo isolamento para as famílias que têm condições de vida mais

precárias, resultando na responsabilização das mulheres pelo trabalho de cuidados. No início das medidas de restrição no município, essa agricultora deixou de trabalhar como babá na cidade, devido à ausência do transporte público. Ela relata que, por ficar mais tempo em casa, conseguiu perceber a gravidade do problema com o uso de drogas por um filho. No início não conseguia dialogar com ele, mas, com o passar do tempo, foi tentando outras maneiras para se reaproximar e lidar com a situação. A ausência de atendimento psicológico pelo SUS dificultou muito o enfrentamento dessa situação em casa e, embora tenha tentado conversar com ele muitas vezes, o ponto de inflexão se deu quando o filho, que era o único com emprego entre os membros da família, se deparou com a despensa vazia, e percebeu que o dinheiro que estava gastando com drogas poderia ser utilizado para a alimentação da família. Segundo a agricultora, foi uma situação muito difícil, e restou a ela dar o suporte a ele naquele momento.

Algumas agricultoras também relataram que, em sua totalidade, o trabalho aumentou. As atividades de produção (colheita de café, plantio de milho, manejo da lavoura, etc.) são divididas com a família, uma vez que todos, ou quase todos, estão em casa. Entretanto, quando se trata da produção para o autoconsumo e do trabalho doméstico e de cuidados, mesmo com aumento substancial das demandas, este, em geral, não foi distribuído entre os membros da família, o que implicou em mais acúmulo de trabalho para as agricultoras.

Quando o trabalho doméstico é compartilhado, em geral são as filhas jovens que dividem essa atividade com as mães. Algumas agricultoras relataram que o marido e os filhos homens também “ajudam”, mas é uma divisão desigual, pois sempre “sobra mais para elas”. Apenas uma das agricultoras, que não tem filhas, disse que teve que reorganizar as tarefas com os filhos, pois não estava “dando conta” de todo o trabalho doméstico sozinha. No entanto, ela relata que “[...] teve que falar várias vezes até eles entenderem [...]”, e, ainda assim, entre os filhos, o mais jovem é quem tem assumido a maior parte das atividades, reclamando que os irmãos contribuem pouco.

Em síntese, durante o período de isolamento social, em geral muitas mulheres ficaram sobrecarregadas, não apenas com o trabalho físico realizado na produção para o autoconsumo e no âmbito doméstico

e dos cuidados, mas também emocionalmente. Além de terem que lidar com as incertezas geradas pelo contexto da pandemia e com alguns conflitos familiares que se intensificaram, ainda foram as mais responsabilizadas pelas demandas escolares dos filhos. Isso nos alerta para o fato de que, mesmo no contexto das redes de agroecologia, em que a democracia e a solidariedade são valorizadas, a divisão sexual do trabalho permanece praticamente inalterada, reforçando as desigualdades de gênero e penalizando as mulheres.

Vulnerabilidades para o acesso à saúde em tempos de Covid-19

A pesquisa demonstrou que as vulnerabilidades impostas pela Covid-19 à saúde das agricultoras se deram principalmente de duas maneiras. A primeira está relacionada às limitações para o acesso ao sistema de saúde devido às medidas sanitárias, uma vez que os serviços de atendimento nas unidades de saúde mais próximas das comunidades rurais foram suspensos ou reduzidos, e exames e consultas, adiados. Em função disso, as agricultoras, quando precisaram de atendimento para si ou para outros membros da família, em alguns casos, tiveram que se deslocar para a cidade ou procurar atendimento privado, despendendo recursos para consultas e exames.

Apenas três agricultoras relataram que a unidade de saúde existente na comunidade continuou realizando atendimentos, com limitação de pessoas e horários. Uma delas disse que “no início [...] tava atendendo só quem já tava fazendo acompanhamento e agora [setembro de 2020] já tá atendendo mais geral, mas priorizando casos de Covid”.

Sobre o acesso à saúde pública, a maioria das agricultoras apontou que, no primeiro semestre de 2020, os atendimentos estavam sendo feitos apenas para emergências, até que a flexibilização começou a ocorrer. Várias agricultoras precisaram de atendimento odontológico, psicológico ou de consultas que já estavam marcadas há muito tempo e que foram suspensas, mesmo para pessoas idosas. O trabalho de agentes de saúde e os atendimentos médicos, que, em boa parte das comunidades, era realizado quinzenalmente, também foram suspensos durante o primeiro semestre de 2020.

O segundo aspecto está relacionado à dificuldade para conseguir atendimento psicológico e o acompanhamento/tratamento de saúde mental, seja para as agricultoras ou seus familiares, num período em que esse tipo de serviço se fez extremamente necessário, pela intensidade e tipo de impacto da pandemia para esse público. Esse serviço, que já era precarizado, foi suspenso ou ficou sobrecarregado pelo aumento da demanda, ficando praticamente inacessível às agricultoras.

Por diferentes razões, a maior parte das agricultoras se sentiu muito ansiosa no início da pandemia. Seja por não saber como seria a experiência de isolamento social; pelas dificuldades das crianças para se adaptar ao ensino remoto; ou pela sobrecarga de trabalho para as mães, chegando, em alguns casos, a ter crises de ansiedade devido ao cansaço psicológico. As mulheres lideranças que atuam em organizações como sindicatos, associações ou cooperativas relatam ainda que ficaram com receio de entrar em depressão devido à impossibilidade de participar de reuniões e realizar as atividades pelas quais eram responsáveis. Uma delas explica que houve muita tensão nesse período inicial, pois alguns familiares não queriam que ela fosse para a cooperativa e, ao mesmo tempo, ela sabia que criar as alternativas de comercialização era fundamental naquele momento, tanto para ela (financeira e emocionalmente), quanto para as outras famílias. Essa tensão gerou sérios problemas de saúde para ela naquele momento.

As contingências multidimensionais resultantes do isolamento social, num contexto em que tanto o governo federal quanto o estadual assumiram uma posição negacionista em relação à pandemia, acabam sendo delegadas à esfera doméstica. A familiarização da gestão da pandemia ocorreu com uma maior responsabilização e sobrecarga emocional das mulheres, como apontam as agricultoras, dizendo que se sentem psicologicamente cansadas ou que “a cabeça não funciona muito bem”, porque há muitas coisas acontecendo no âmbito familiar e sob sua responsabilidade. Uma delas disse que às vezes esquece as coisas. Uma jovem relatou que “[...] a gente tem um desgaste emocional bem grande”; outra agricultora disse que “[...] na pandemia, não tem como o psicológico da gente andar certinho, não, tem hora que ele fica meio apavorado”.

Em geral, os relatos evidenciam que os efeitos da Covid-19 ocorreram de maneira desigual entre as mulheres, dependendo em particular da carga de trabalho físico e emocional no nível familiar e nas organizações, no caso das lideranças, e apontaram um tipo de dilema insolúvel, na medida em que a ansiedade surge como elemento recorrente, tanto como efeito do isolamento social como no retorno à rotina, a qual implica riscos de contágio de Covid-19. Isso pode ser observado no relato de uma das agricultoras que, com a reabertura do comércio, a partir do segundo semestre de 2020, tentava ficar tranquila e manter o equilíbrio, mas como a comunidade estava voltando ao “normal”, isso a deixava mais tensa pelo risco de contágio.

Impactos econômicos da pandemia e a função das políticas públicas

Um dos efeitos da pandemia sobre os municípios foi de ordem econômica, em função do aumento do custo de vida e, sincronicamente, da restrição das atividades econômicas das famílias agricultoras, com o fechamento de espaços de comercialização direta, como as feiras, ou da suspensão da venda de produtos para os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além do trabalho agrícola, as mulheres que tinham como importante fonte de renda a realização de trabalhos não agrícolas, como serviços de faxina, babá etc., também foram impactadas pelas medidas de isolamento social e pela restrição da circulação de transporte entre as comunidades e a cidade, especialmente no primeiro semestre de 2020. Isso também ocorreu com filhos e maridos que trabalhavam no setor agrícola e não agrícola fora da comunidade, aprofundando as dificuldades econômicas.

De modo geral, as agricultoras relataram que o custo de vida aumentou pelo menos entre 30% e 50%, em função do aumento nos preços do mercado, especialmente de itens básicos, como arroz, feijão, óleo e carne. Algumas também identificaram o aumento no custo de materiais de construção e de insumos para a produção agrícola, como esterco, adubo e milho. Apenas uma jovem agricultora relatou que reduziu o custo de vida, pois, com o isolamento social, deixou de participar de atividades externas de articulação e formação, das quais participava com recursos financeiros próprios. Ao mesmo tempo, em

geral, as agricultoras relataram que o fato de mais pessoas ficarem em casa, por mais tempo, repercutiu sobre o aumento de despesas com alimentação e energia elétrica, por exemplo. Uma das agricultoras disse que “a conta de luz da nossa casa, dobrou o preço” e outra que “coisa que fazia com duzentos reais, não faz mais. A despesa na minha casa pode falar que ficou três vezes mais cara”.

Aliado a isso, em função das medidas de segurança e isolamento social, principalmente no primeiro semestre de 2020, as prefeituras interromperam a compra de produtos da agricultura familiar para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e proibiram o funcionamento das feiras municipais ou agroecológicas, canais importantes de comercialização, a preços mais justos, para os produtos das agricultoras. Esse cenário de perda de canais de comercialização e redução da renda das famílias, aliado ao aumento do preço de alimentos e itens básicos de consumo — que não são produzidos por elas nos seus agroecossistemas —, impactou no aumento do custo de vida, segundo a percepção das entrevistadas.

Apesar das condições de aumento do custo de vida com o preço dos alimentos subindo drasticamente, coincidindo com a maior demanda por alimentação em casa, de modo geral, as agricultoras afirmaram que não chegou a faltar dinheiro na família, com exceção de duas agricultoras de uma comunidade rural em Viçosa. Uma agricultora também relatou ter feito um empréstimo com a CRESOL no início da pandemia, apenas por garantia em caso de redução na renda. Nos municípios em que a cafeicultura tem uma relevância econômica, as agricultoras relataram que a colheita foi boa, comparada com anos anteriores, e o preço de mercado também, o que ajudou a equilibrar a renda das famílias.

As agricultoras da comunidade rural em Viçosa que está em processo de autorreconhecimento como remanescente de quilombo se mostraram mais vulneráveis economicamente. Ainda que trabalhem na produção para o autoconsumo e eventualmente em serviços agrícolas, realizados em propriedades rurais, a principal fonte de renda monetária é a realização de serviços não agrícolas, geralmente em atividades de faxina ou trabalho como babás. Com a perda dos

postos de trabalho tiveram dificuldades para pagar as contas de água e de energia elétrica. No caso de uma delas, até faltou comida para a família.

Diante desse quadro, o auxílio emergencial teve um papel importante na manutenção da renda, para garantir as condições de reprodução da vida durante a pandemia, especialmente nos primeiros meses em que as alternativas de comercialização ainda não haviam sido construídas e as políticas como PAA e PNAE estavam paralisadas. Esses relatos demonstram que os impactos econômicos também se deram de maneira desigual, afetando mais aquelas famílias cujo acesso à terra é mais precário e dependem do trabalho não agrícola para gerar uma renda.

O protagonismo das agricultoras na construção de alternativas econômicas

Ao longo do ano de 2020, entretanto, percebeu-se o aumento da capacidade de resiliência das famílias e organizações na relação com os mercados, por meio de iniciativas inovadoras com forte presença das agricultoras na sua construção. Argumentamos que essa participação ativa das agricultoras se deu em função da maior responsabilidade feminina na diversificação da produção agrícola. Com o início da pandemia e a maior preocupação com a saúde pelas/os consumidoras/es, houve uma maior procura por alimentos saudáveis e diversificados, incluindo as plantas medicinais, cuja produção normalmente é realizada pelas mulheres, decorrente das designações de gênero.

Além disso, o pertencimento a redes de agroecologia, de comercialização dos produtos em circuitos curtos (feiras, venda em casa etc.) e a organizações econômicas como cooperativas e grupos produtivos de mulheres, que valorizam a diversidade produtiva, possibilitou a adaptação e construção de novas estratégias de resiliência face à pandemia. Sistemas agroalimentares localizados, apoiados nas relações de confiança preexistentes entre agricultoras/es e consumidoras/es, possibilitaram a criação de novas formas de comercialização e fornecimento de alimentos e outros produtos da agricultura familiar.

Em geral, essas iniciativas tiveram impactos coletivos, tanto sobre o aumento do número de famílias envolvidas no fornecimento de pro-

dutos, quanto na ampliação da rede de consumidores/as. Algumas agricultoras relataram que, em função do fechamento do comércio varejista, houve um aumento na demanda pela diversidade de produtos agroecológicos pelos/as consumidores/as, equacionada alguns meses depois, com a reabertura do comércio local. Iniciativas de comercialização interessantes foram identificadas nos municípios de Divino, Espera Feliz, Simonésia, Acaíaca, Viçosa e Muriaé.

No município de Divino, uma das agricultoras relatou sobre uma iniciativa de venda através das redes sociais, como WhatsApp, para a entrega de cestas. Com a proibição da feira, importante fonte de renda para a família, sua cunhada, que trabalha na zona urbana do município e tem muitos contatos, passou a oferecer os produtos para suas clientes e para as pessoas que já compravam os produtos na feira. Com isso, se estruturou uma rede de fornecimento de cestas de produtos agroecológicos in natura e beneficiados, em que as pessoas recebem a lista de produtos disponíveis semanalmente e fazem seus pedidos por WhatsApp. Segundo a agricultora, isso possibilitou o envolvimento de outras pessoas da família, que residem próximas, na diversificação da produção, especialmente com a produção de hortifrutigranjeiros.

Para o esposo da agricultora, que também é membro da diretoria de uma cooperativa da agricultura familiar no município, a entrega de cestas não possibilitou um aumento da renda, pois o que antes comercializavam sozinhos (ele e a esposa), passaram a dividir com outras famílias (irmãos, pais etc.) para que essa fosse uma alternativa econômica para mais pessoas. No entanto, o fato de terem conseguido constituir esse grupo familiar de produção agroecológica permitiu pensar outros processos de comercialização e beneficiamento de produtos de maneira coletiva, entre eles o café que é produzido por todas as famílias. No momento da entrevista, a família estava dialogando com técnicos/as da EMATER e da vigilância sanitária para a construção de um espaço de beneficiamento do café — que também serviria para outros produtos — e a possível formalização do grupo de produção. Também estavam fazendo a prospecção de mercado consumidor para a diversidade de produtos das hortas e para o café em pó em Belo Horizonte, capital mineira.

No município de Espera Feliz, o relato da agricultora mostrou que a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (Coofeliz) teve um aumento na comercialização de produtos diversificados, realizada por meio das entregas para o PAA da UFV, além de asilos, creches e alguns grupos de venda direta no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Viçosa (Rede Raízes da Mata¹). A agricultora relata que a Coofeliz também fechou um convênio com a Secretaria de Assistência Social, que passou a distribuir tíquetes para a aquisição de produtos agroecológicos, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais), para famílias atendidas pelo Centro de Referência em Assistência Social do município (CRAS), totalizando 20 famílias por mês. A parceria com a Assistência Social foi mediada por relações de reciprocidade, previamente existentes, entre algumas pessoas da Coofeliz e a assistente social.

Além dessas iniciativas organizadas localmente pela Coofeliz, a agricultora relata que ampliou o fornecimento de alguns produtos, em função de duas iniciativas construídas pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM): as entregas de cestas de produtos agroecológicos para famílias em situação de vulnerabilidade, com recursos da Fundação Banco do Brasil (FBB); e o Programa de Aquisição de Alimentos, executado pela UFV, com recursos de emendas parlamentares. Com isso, a agricultora relata que dobrou a quantidade de canjiquinha e fubá fornecidos para a Coofeliz e, ainda, que passou a fornecer ovos caipiras. Apenas para o CTA, ela forneceu 150 kg de canjiquinha e 100 kg de fubá agroecológicos até setembro de 2020, quando a entrevista foi realizada.

No município de Simonésia, duas agricultoras destacaram uma iniciativa da prefeitura de manter a aquisição de alimentos da agricultura familiar, durante a pandemia, para a entrega de cestas às famílias em situação de vulnerabilidade social, para garantir o direito humano à alimentação adequada. Outra iniciativa, construída pela ação de duas jovens que atuam na Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária

¹ A Rede Raízes da Mata foi criada em Viçosa-MG em 2011, para atuar na Zona da Mata mineira com o objetivo de aproximar agricultores/as, produtores/as e consumidores/as e favorecer a comercialização de produtos agroecológicos. Atualmente, também tem contribuído ativamente para a constituição de um Sistema Participativo de Garantia, visando a certificação da produção orgânica e agroecológica sobre bases mais democráticas e autônomas.

de Simonésia (Coopersi), foi a criação de um sistema de vendas por WhatsApp e que depois passou a utilizar a plataforma livre Open Food Brasil. Essa iniciativa, segundo as agricultoras, é inspirada na ideia de criação de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura² (CSA) e, por esse motivo, ficou conhecida pelas/os agricultoras/es do município como CSA.

Uma das agricultoras relata que, com essa iniciativa da prefeitura, somada ao fornecimento de produtos para o PNAE e para a CSA, chegou a vender cerca de R\$500,00 (quinquinhos reais) por semana, quando antes vendia cerca de R\$100,00 (cem reais) semanalmente. Em média, ela calcula que dobraram as vendas. Outra agricultora relata que as entregas pela CSA aumentaram muito e que durante a pandemia as entregas, que antes eram quinzenais, passaram a ser semanais. Além do aumento da quantidade de produtos fornecidos, ela destaca que algumas coisas que a família não tinha o hábito de entregar agora estão tendo demanda, como plantas medicinais e algumas frutas típicas.

No município de Muriaé, uma das agricultoras entrevistadas, que é membra da diretoria da Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária (Coopaf), aponta que a organização sofreu forte impacto com a queda na comercialização dos produtos alimentícios no início da pandemia, sobretudo em função do cancelamento das entregas para o PNAE, que vinha sendo a maior fonte de renda da cooperativa. Por esse motivo, em meio às dificuldades financeiras, tensões e incertezas, tiveram que reduzir custos e pensar alternativas. Os salários dos/as diretores/as foram reduzidos pela metade, passaram a alternar turnos de trabalho, e foi necessário acessar o recurso do governo federal (MP 936) para o pagamento de parte do salário dos funcionários.

Com a perda de mercados importantes, a Coopaf e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais articularam uma parceria com a Superinten-

² CSA é um modelo de trabalho conjunto entre agricultores/as e consumidores/as: um grupo fixo de consumidores/as se compromete por um ano (em geral) a cobrir o orçamento anual da produção agrícola. Em contrapartida os/as consumidores/as recebem os alimentos produzidos pelo sítio ou fazenda sem outros custos adicionais. Dessa forma, o/a agricultor/a, sem a pressão do mercado e do preço, pode se dedicar de forma livre a sua produção. E os/as consumidores/as recebem produtos de qualidade, sabendo quem os produz e onde são produzidos.

dência Regional de Ensino de Muriaé, vinculada à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), para a venda de produtos da agricultura familiar para a rede estadual de ensino. Nesse caso, devido ao fato de as escolas permanecerem fechadas, os produtos adquiridos pela SEE/MG eram organizados em cestas básicas e entregues às famílias das/os estudantes. Além disso, também se conectaram à estratégia coordenada pelo CTA, em parceria com partidos políticos (emendas parlamentares), instituições públicas (UFV) e redes de agricultoras/es agroecológicas/os para a execução do PAA/UFV.

A agricultora informa que o grupo de panificados a que ela pertence chegou a comercializar 1.300 kg de produtos por meio dessa iniciativa. Ela também menciona que forneceram 600 kg para a prefeitura de Barbacena, mas o preço foi muito baixo e a comercialização para o PAA/UFV possibilitou equilibrar as contas, para não terem prejuízo.

No município de Acaiaca, desde o início das medidas de isolamento social, a prefeitura passou a adquirir produtos da agricultura familiar por meio da Cooperativa da Agricultura Familiar de Acaiaca (Cooapra), para entrega de cestas básicas para as famílias em situação de vulnerabilidade. Com isso, uma das agricultoras entrevistadas informa que a produção de pães, realizada pelo grupo de mulheres do qual ela faz parte, em uma padaria comunitária, aumentou de 125 pra 400 unidades semanais. Outra agricultora, que também comercializou a produção por meio do PAA/UFV, avalia que esse foi um canal importante para escoar seus produtos, pois, naquele momento, havia sido interrompida a aquisição dos alimentos para o PNAE, retomada posteriormente pela prefeitura municipal e convertida em kits para entrega às famílias das/os estudantes.

A rápida retomada da aquisição, por parte da prefeitura, de produtos da agricultura familiar via PNAE foi de extrema importância, sobretudo para as mulheres do município que produzem alimentos agroecológicos. Uma agricultora relatou a dificuldade de escoar sua produção no início da pandemia, já que havia plantado hortaliças e legumes em quantidade suficiente para fornecer para a alimentação escolar. Assim que as aulas foram suspensas, parte dessa produção foi comercializada na própria comunidade e para vizinhos de comunidades próximas, ou doada, e grande parte foi perdida, uma vez

que não havia possibilidades de escoamento. A retomada da política pública, segundo ela, além de possibilitar a venda de sua produção, permitiu o acesso de famílias em situação de vulnerabilidade a alimentos de qualidade, o que corresponde a um propósito social de grande relevância em contexto de escassez.

A iniciativa da Campanha Periferia Viva³, protagonizada pelo Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e pelo CTA/ZM na Zona da Mata mineira, possibilitou às agricultoras de Viçosa comercializarem aproximadamente 700 kg de produtos e cerca de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) entre setembro e dezembro de 2020. A maior parte dessa produção teria sido perdida pela falta de canais de comercialização. Uma das agricultoras considerou que “foi sagrado” ter comercializado os produtos para a Campanha Periferia Viva, pois os preços foram muito bons. Iniciativas como essa, menos burocráticas, foram fundamentais para viabilizar a comercialização da produção de agricultoras em condições mais vulneráveis, como as que não possuem DAP, por exemplo.

O conjunto desses dados mostra que o pertencimento a redes de agroecologia possibilitou a construção de estratégias diferenciadas e rapidamente articuladas de comercialização dos produtos. A imersão social das práticas econômicas possibilitou a ampliação das redes de consumidores/as e da demanda por alimentos agroecológicos num momento em que predominava o fechamento dos mercados. Essas redes podem se distinguir analiticamente em três formas distintas, conforme suas características específicas de demandas, preços e acesso ou construção: a) redes militantes, cuja construção depende da articulação por organizações de assessoria e movimentos sociais (ex. Projeto Periferia Viva) e cujos preços são, geralmente, mais altos; b) redes familiares; e c) redes de políticas públicas, como é o caso do PAA e PNAE, com capacidade de absorção (demanda) maior e acesso mais burocrático, em função de critérios, orientações e relações políticas em diferentes níveis.

³ A Campanha «Periferia Viva - Solidariedade para combater o Coronavírus» foi lançada em abril de 2020 e é uma iniciativa dos movimentos sociais do campo do Projeto Popular para o Brasil, organizada desde o início da pandemia de forma a mobilizar esforços para que as periferias do país, as mais atingidas pelo vírus e pela crise econômica, se mantivessem vivas.

As mulheres têm uma participação importante na construção das relações de confiança em nível local, por seu papel na comercialização direta nas feiras, e que permitiram inovações na relação com os/as consumidores/as, em particular a organização por meio de plataformas digitais como o WhatsApp e a Open Food Brasil. As relações de reciprocidade, presentes tanto nas redes familiares como nas redes militantes e de políticas públicas, possibilitaram que mais famílias se engajassem em processos de comercialização agroecológicos, assentados na produção diversificada protagonizada pelas mulheres. Adicionalmente, promoveram a distribuição de alimentos saudáveis às famílias em situação de vulnerabilidade social nos municípios, com preços justos pagos às agricultoras.

A produção para autoconsumo como alternativa econômica

Ao analisar a dinâmica do autoconsumo das famílias durante a pandemia, foi possível perceber que o aumento de preços de itens da cesta básica teve dois efeitos principais: a redução da compra de itens supérfluos e de carne; e o aumento da produção vegetal e/ou criação animal para o autoconsumo.

Boa parte das agricultoras relatou que comprava apenas a carne bovina no mercado que, com o aumento do preço dos alimentos, foi substituída pela carne de frango, suíños e pelo maior consumo de ovos. As agricultoras relataram que já produziam em quantidade suficiente para o consumo da família, mas o aumento da demanda por produtos agroecológicos para a comercialização possibilitou um duplo impulso com o aumento da produção na horta — em quantidade e diversidade — assim como da criação animal de frangos e suíños, tanto para o consumo como para as vendas.

Algumas agricultoras de Viçosa relataram que plantavam pouca diversidade de espécies no quintal e, com o trabalho do CTA/ZM, iniciado em 2019, passaram a ter acesso a sementes e a dar mais importância à produção para o autoconsumo. Esse trabalho com o CTA/ZM passa pela replicação das Cadernetas Agroecológicas (CA), um instrumento metodológico elaborado em conjunto com o Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação

Nacional de Agroecologia (ANA) e com as agricultoras (Cardoso et al., 2019). A CA foi elaborada com o objetivo de dar visibilidade ao trabalho protagonizado por elas, com destaque para o trabalho invisibilizado destinado ao autoconsumo (e trocas não monetárias), que, como construto social, recai como responsabilidade das mulheres. Desse modo, as CA têm contribuído para a construção de sua autonomia, por meio do monitoramento, qualificação e diversificação da produção, e do estímulo à organização econômica.

Algumas agricultoras de Viçosa apontam que o aumento do preço dos alimentos durante a pandemia, associado à elevação do custo de vida e ao desemprego, fez com que elas passassem a investir mais no plantio nos quintais. Como ilustra o relato de uma entrevistada, “[...] graças a Deus, no quintal agora tem de tudo, um pouquinho. [...] ano passado, no quintal só tinha mato”. As mudas e sementes utilizadas pelas agricultoras para o incremento da produção são oriundas do mercado (especialmente hortaliças), de relações de reciprocidade — vizinhança, grupo familiar — e da produção própria (lógica de autossuficiência). Ainda, a participação específica das agricultoras em atividades de formação e de troca de sementes e mudas, realizadas pelo CTA/ZM, possibilitou um maior incremento da sociobiodiversidade nos quintais, contribuindo para a segurança alimentar na pandemia.

A Tabela 1 (p. 69) ilustra a percepção das agricultoras quanto às mudanças na sua produção, tanto para autoconsumo quanto para a comercialização, entre o começo da pandemia e o momento da entrevista.

Conforme aponta a Tabela 1, houve uma estratégia de boa parte das agricultoras de intensificar a produção para o autoconsumo, num momento de alta do preço dos alimentos e itens básicos e, por outro lado, de reorganização das vendas.

Tabela 1 – Dinâmicas da produção para o autoconsumo e comercialização entre as agricultoras entrevistadas (março 2020 – outubro 2020).

Agricultora	Percepção das agricultoras sobre a dinâmica da produção para autoconsumo e comercialização
1	Dobrou
2	A quantidade de famílias envolvidas nas entregas aumentou
3	Dobrou
4	Aumentou a criação de galinha e porco
5	Dobrou a produção da horta
6	Aumentou, inclusive a produção de inhame para substituir a batata que está muito cara no mercado
7	Aumentou a produção de milho (insumo para galinhas e para milho verde)
8	Aumentou a produção de milho para venda (canjica e fubá)
	Aumentou a produção da horta para a venda
9	Aumentou, principalmente a produção de frutas e da horta
10	Dobrou a produção na horta e de plantas medicinais para autoconsumo e venda
11	Aumentou a produção para o autoconsumo e venda
12	Manteve a produção da horta e criação animal, mas plantaram mais milho
13	Não aumentou por limitação de espaço
14	Não aumentou a horta, mas conseguiu aumentar a produção porque intensificou os cuidados
15	Não aumentou
16	Não aumentou a produção da horta porque sempre produziram muito para o autoconsumo
17	A horta diminuiu em 50% pela redução das vendas e ficou mais para autoconsumo
18	Não informou
19	Não informou

Considerações finais

A presente pesquisa evidenciou que as agricultoras estão protagonizando iniciativas que aumentaram a resiliência das famílias e grupos para o enfrentamento aos impactos da Covid-19. É delas a maior responsabilidade pela produção diversificada, orientada tanto para o autoconsumo, quanto para a comercialização do excedente, e que atende a demandas locais no contexto da pandemia (de reorganização das cadeias de alimentos, consumo mais local etc.). Envolvidas diretamente na construção social de mercados para o escoamento da produção, não se limitam às alternativas individuais: protagonizam as ações construídas por suas organizações para responder aos problemas de acesso aos mercados enfrentados por muitas famílias.

Ademais, a pertença a redes de agroecologia e de comercialização em suas distintas modalidades — militantes, de parentesco ou de políticas públicas —, assentadas em relações de confiança, de reciprocidade e de redistribuição, como no caso das políticas públicas de mercados institucionais (PAA e PNae), também exerceu papel fundamental na construção de alternativas de produção e consumo, rompendo a lógica puramente mercantil e utilitarista, que resultou na elevação abusiva do preço dos alimentos nos mercados convencionais. A lógica de autossuficiência também ficou muito evidente na orientação da produção para o autoconsumo, de maneira a tornar as famílias menos dependentes do mercado, seja para a aquisição de alimentos ou de insumos para a produção, frente à alta generalizada dos preços.

No âmbito familiar, no entanto, embora a maioria das agricultoras esteja engajada em organizações sociopolíticas e em processos de formação, ainda se percebe o acúmulo do trabalho reprodutivo sob responsabilidade das mulheres, sem que tenham sido construídas práticas mais democráticas e justas, que alterem a divisão sexual do trabalho.

Ações de cuidado, solidariedade e reciprocidade, especialmente com pessoas idosas e mulheres com filhos em idade escolar, que aumentaram as possibilidades de enfrentar a crise causada pela pandemia de Covid-19, foram acionadas no nível familiar, comunitário e das organizações. As políticas sociais (auxílio emergencial) também cu-

mpriram um papel fundamental para absorver parte dos custos da reprodução social. Nessa base, a participação em redes de agroecologia possibilitou expandir relações de confiança e solidariedade e garantir maior capacidade de resiliência às agricultoras, suas famílias e organizações, frente aos desafios de um novo rearranjo das relações sociopolíticas e econômicas em meio à pandemia.

Referências

ACTION AID BRASIL; GT MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Mulheres e Agroecologia. Sistematização de Experiências de Mulheres Agricultoras.** Rio de Janeiro, 2010.

CARDOSO, Elisabeth Maria; JALIL, Laetícia; TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila; WEITZMAN, Rodica. **Guia Metodológico das Cadernetas Agroecológicas.** Recife: EDUFRPE, 2019. 39p.: il.

GT MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Mulheres Construindo a Agroecologia.** Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2008.

SILIPRANDRI, Emma Cadermatori. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

UM MEIO TEMPO PREPARANDO OUTRO TEMPO

cuidados, produção de
alimentos e organização de
mulheres agroecológicas
na pandemia

organização

Miriam Nobre

autoras

Aline Lima

Ana Cruz

Ana Luisa Queiroz

Cecilia Maria Santiago

Fátima Trombini

Isabelle Hillenkamp

Liliam Telles

Maria José Carneiro

Natália Lobo

Nayara Lopes de Castro

Rodica Weitzman

Thalita Rody Machado



Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia.

Publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista

Organizações parceiras Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Institut de Recherche pour le Développement France (IRD), Grupo de Trabalho Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), Núcleo de Pesquisa "Gênero e Ruralidades" do CPDA/UFRRJ, PACS Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.

Organização Miriam Nobre

Textos Aline Lima, Ana Cruz, Ana Luisa Queiroz, Cecilia Maria Santiago, Fátima Trombini, Isabelle Hillenkamp, Liliam Telles, Maria José Carneiro, Natália Lobo, Nayara Lopes de Castro, Rodica Weitzman, Thalita Rody Machado.

Edição de texto Fernanda Sucupira

Ilustrações Leila Monsegur

Projeto gráfico e diagramação Marina Rago Moreira

Apoio editorial Helena Zelic e Natália Blanco

Apoio para estudo e publicação

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva da SOF Sempreviva Organização Feminista e não representa necessariamente a posição da FRL.



Esta obra possui a Licença Creative Commons de Atribuição Uso Não Comercial – Não a obras derivadas (BY-NC-ND).



SOF Sempreviva Organização Feminista
Rua Ministro Costa e Silva, 36
Pinheiros, São Paulo, SP, Brasil
www.sof.org.br | sof@sof.org.br

N754 Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia. Miriam Nobre (Org.). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2021, 104p.

ISBN 978-65-87591-07-0

1. Agroecologia 2. Economia feminista 3. Feminismo 4. Sustentabilidade da vida I. Título

CDD - 577